

---

1 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –**  
2 **CMDCA**

4 Ata da Assembléia Geral Ordinária- Dia: 05 de fevereiro de 2015 Início:9h Local:  
5 **Casa de Participação Comunitária, Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Ponta da**  
6 **Praia – Santos.**

7 **PARTICIPANTES:** Verificação da presença dos Conselheiros conforme lista de  
8 presença anexa. Justificaram ausência os seguintes conselheiros: Cristina  
9 Fernandes, representante da SEDUC, Lucilene Martorelli, representante da APAE,  
10 Ari Lopes Jr, representante da Associação Mãos Entrelaçadas. Iniciada a reunião o  
11 Sr. Presidente Carlos Mota cumprimenta e faz a leitura da pauta e prosseguiu-se **ao**  
12 **item 1** – Apreciação e deliberação das Atas das assembleias anteriores. Devido  
13 nem todos terem recebido as atas em tempo hábil, foi solicitado tempo para a  
14 leitura.A conselheira Marli aponta que na linha 41 o texto está confuso e deve  
15 constar que “esteve em reunião com a Secretária de Assistência Social, Sra.  
16 Rosana Russo e Sra. Rejane. Na linha 49 correção ortográfica “bem”, linha 56  
17 “quanto”, linha 58 “possamos”, linha 62 “equitativa”, linha 63 “dezembro”, linha 67 “  
18 outro processo em andamento”. Na linha 114 incluir o nome da Sra. Viviane Simone,  
19 representante do CAMPS que encaminhou e-mail à Casa solicitando participar da  
20 Câmara de Planejamento como Colaboradora. Com estas observações deu-se por  
21 **APROVADA** a ata. **Item 2-** Relatos dos Conselhos Tutelares: Apresentação do  
22 Relatório de Atividades do Conselho Tutelar da Zona Leste referente ao 2º semestre  
23 de 2014, feito pelas conselheiras Sandra e Taís. Em janeiro o documento foi  
24 entregue à mesa (Diretoria Executiva com dados de julho a dezembro em relação à  
25 violação de direitos). Esta apresentação fará parte integrante da ata. Referem-se à  
26 importância de capacitar os Conselheiros Tutelares acerca do entendimento e leitura  
27 do SIPIA. A conselheira Ana Lúcia pede um momento com Taís antes das  
28 apresentações de dados no que se refere a cultura, mas foi esclarecido que trata-se  
29 de como o sistema SIPIA está formatado para a inserção dos dados referentes às  
30 violações e que foi configurado de acordo com o ECA. Ana Lúcia, SECULT observa  
31 que as lâminas deveriam possibilitar o desmembramento das informações. No eixo  
32 do Direito à Vida e Saúde, no que se refere aos Atos Atentatórios, de 12 casos, 95%  
33 tem relação com as drogas. Atendimento inadequado em saúde refere-se quanto  
34 deixa de atender e não comunica ao Conselho Tutelar. A saúde não atende e tem a  
35 obrigação de cumprir e só faz quando está com a patologia, nada diferenciado; falta  
36 a busca ativa pela Saúde Mental. Os NAPS não fazem a busca ativa. Sandra  
37 informa que está tentando reunião com a Saúde Mental e não consegue. Edmir  
38 solicita que registre-se em ata sobre a dificuldade de reunir com a Saúde. Taís  
39 complementa que não adianta reunião com a Secretaria de Saúde porque eles não  
40 entendem o que tem que ser feito. No que se refere a Violência Psicológica, precisa  
41 ter o olhar do conselheiro (casos de separação, alienação parental). No casos de  
42 violência Física é classificado como espancamento mas Taís esclarece que não  
43 significa o ato “espancar” de fato, pode ser um tapa, por exemplo. Há um embate  
44 entre SVC e CREAS quanto a violência psicológica. Abuso sexual por pessoas da  
45 família, número de cinco, são os casos que chegaram no Conselho. Convivência  
46 Familiar e Comunitária igual a 224 casos. O maior número é negligência familiar  
47 (140 casos) e aí entra a omissão dos pais quanto a frequência escolar, tratamento  
48 médico etc. Inadequação do convívio é uma consequência da falta de afeto. Taís  
49 fala que mais uma vez sobre a necessidade do atendimento às famílias como  
50 deliberado anteriormente pelo CMDCA. Edmir fala que a omissão ocorre na  
51 Educação infantil pois as escolas devem informar ao Conselho Tutelar a ausência  
52 dos pais (omissão). Taís entende que é interessante mas deve ter uma conversa

53 com a SEDUC como seria feito esse encaminhamento ao Conselho. Diz ainda que  
54 não tem representante da SEDUC nesta AGO pois a mesma leciona no horário das  
55 reuniões do Conselho e que isto precisa ser revisto pela SEDUC, pois indicou  
56 alguém que está impossibilitado de participar. Sandra solicita que a SEDUC adote  
57 providências quanto a substituição da representante. Dando continuidade à  
58 apresentação dos dados do Conselho tutelar foram apresentados 32 casos de  
59 evasão, que chegaram ao Conselho, referentes ao Ensino Médio. Foi apontado um  
60 caso em Falta ou insuficiência de educador mas as conselheiras falam que isto não  
61 condiz com a realidade. Trabalho – o Ministério do Trabalho tem feito vitorias em  
62 empresas de lava rápido e outras e cadastro no CIEE e CAMPS. O adolescente  
63 deve ser cadastrado/legalizado. Lucy Freitas pede que se apresente os dados na  
64 reunião do CM PETI e as conselheiras concordaram em apresentar. Rejane  
65 pergunta se todos os dados de trabalho foram enviados ao CREAS e Taís confirma.  
66 Assim, Rejane irá providenciar o cruzamento das informações. Taís informa que em  
67 AGO anteriores se decidiu executar a Terapia Familiar, conversou com Renato  
68 Pastorello, da Secretaria de Saúde e no entanto nada aconteceu até o momento.  
69 Sandra esclarece que em janeiro se reuniu com CREAS e CRAS, com as  
70 Coordenadoras e com a chefia do CRAS Centro e ZOI, com a Coordenadoria de  
71 Saúde da Criança, Coordenadoria de Saúde da Mulher e Carmelo e também no  
72 NAI. A conselheira Ana Lúcia parabeniza o trabalho e a apresentação das  
73 conselheiras da Zona Leste e ressalta que interpretar esse relatório é uma riqueza  
74 para a política da criança e um ganho para o CMDCA. É como um diagnóstico.  
75 Cristina Oliveira questiona o que significa os 5 casos não atendidos no quesito  
76 Direito a Vida e Saúde e a conselheira Taís esclarece que significa inadequação. A  
77 demanda é da saúde mental e não está sendo atendido. Independente do  
78 adolescente ter o atendimento no particular a Saúde deve dar o prosseguimento e  
79 cumprir o requerido pelo Conselho Tutelar. A unidade deve acompanhar junto ao  
80 particular e informar ao conselho. Cristina pergunta ainda sobre Violência Física, se  
81 existem casos de violência da polícia e a conselheira Taís responde que essa  
82 informação não chega ao Conselho tutelar e que não tem dado de violência da  
83 Polícia. Cristina pergunta o que são os novos casos de violência sexual e a  
84 conselheira Sandra informa que são os que chegaram pela família mas geralmente  
85 já estão no CREAS. A conselheira Marly questiona sobre Convivência Familiar e  
86 Comunitária e se falta serviço de apoio, que demanda é, qual política vai se  
87 debruçar sobre isso e a quem compete a execução. Lucy Freitas propõe que façam  
88 relatório circunstanciado, importância da capacitação e que esse modelo de  
89 apresentação se repita para os outros dois conselhos tutelares. Edmir esclarece que  
90 há uma relutância dos conselheiros em usar o SIPIA WEB. Lucy ressalta que desde  
91 2010 pede o Regimento Interno do Conselho Tutelar e que até agora não sabe se foi  
92 aprovado. Taís esclarece que o Regimento Interno é do Conselho Tutelar e não é  
93 competência do CMDCA normatizar. Rejane volta ao ponto da questão da  
94 conselheira Marly e informa que existe um Plano de Convivência Familiar e  
95 Comunitária. Sandra complementa que existe Plano mas não tem o serviço. Rejane  
96 fala que precisa então definir. Quanto a apresentação deste Relatório dos  
97 Conselhos ficou deliberado que EDMIR e DANIEL LEMOS farão o acompanhamento  
98 junto aos demais conselhos tutelares para que façam esse relatório seguindo essa  
99 padronização. Passou-se para o **item 3- Apresentação da Secretaria de Saúde**  
100 sobre as estatísticas de atendimentos às crianças e adolescentes de Santos- Dra  
101 Célia Machado fez a apresentação a qual se anexa a esta Ata. Foi apresentado um  
102 número de 63 adolescentes grávidas abaixo de 16 anos (2012=63, 2013=62 e  
103 2014=63). Taís questiona se não é caso de violência (estrupe) e seria interessante  
104 ter essa informação acerca do motivo dessas gestações. Quanto às notificações de

105 violência em menor de um ano em 2014 totalizou 23 casos e por sexo a violência é  
106 maior em mulheres. Lucy Freitas complementa que desde 2011 o Dr. Carmelo,  
107 Promotor da Infância e Juventude, solicita isso pelo Fluxo do Álcool. Dra. Célia  
108 informa que Fábio Cascais do SECERPA irá substituir a Dra. Regina Braghetto no  
109 CMDCA e vai facilitar o dialogo sobre entre CMDCA e Saúde sobre o assunto. Taís  
110 reforça que as fichas de notificação devem ser enviadas aos Conselhos Tutelares e  
111 as únicas que chegam são da SEAS. O Fluxo da ABMP deve ser revisto porque não  
112 inclui a gestante. Cabe ainda fiscalização em hospitais particulares. A Casa de  
113 Saúde tem 93% de partos por cesareana. Cristina questiona sobre a gestante em  
114 situação de rua. Dra. Célia responde que já foi conversado com os Conselhos  
115 tutelares e que geralmente são usuárias de drogas, sífilis e companheiro não se  
116 trata. Propõe que essas gestantes sejam bem assessoradas e se encaminhe para a  
117 UBS ou Consultorio de Rua. Esclarece que a Secretaria de Saúde quer adotar o uso  
118 do Implanon, um método contraceptivo por meio de um implante subdérmico (chip) e  
119 após a substância na corrente sanguínea evita a gravidez. Lucy fala que o Objetivo  
120 4 dos Objetivos do Milênio estabelece a redução da Mortalidade Infantil e propõe  
121 que haja uma rede mais efetiva com participação do Conselho da juventude,  
122 Conselhos Tutelares, CMDCA, Secretarias de Assistência, de Saúde, de Educação.  
123 A Sra. Viviane, do CAMPS, questiona o que o município oferece no que se refere a  
124 prevenção da gravidez na juventude e se tem serviço com sexólogos. Dra. Célia  
125 informa que tem 2 (duas) professoras no CTA \_ Centro de Testagem e  
126 Aconselhamento, da Secretaria de Saúde, que fica na Rua Silva Jardim e  
127 desenvolvem esse trabalho na Rede Pública e Proivada mas não dão conta, a  
128 equipe é pequena. **Item 4-** Apreciação e deliberação acerca do cancelamento de  
129 reserva de recursos para o projeto “Eca sem dúvidas” da ASPPE – A Sra. Valéria  
130 Gallotti presta os esclarecimentos sobre a tramitação do processo e que a PGM –  
131 Procuradoria Geral do Município entende que à luz da Lei 8666/93, trata-se de  
132 contrato e não convênio e neste caso, deveria licitar. O presidente Carlos Mota  
133 informa que de fato não existe reserva de empenho mas é somente para  
134 desconsiderar esse valor sobre o montante do Fundo reservado para os projetos. A  
135 Sra. Tânia Justo, representante da entidade, entende legal e legítimo que se licite e  
136 respeita o entendimento da Procuradoria. Deliberação: **Aprovado o cancelamento.**  
137 **Ítem 5** – Recomposição da Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos  
138 Direitos da Criança e do Adolescente e da Comissão Especial do processo de  
139 escolha dos conselheiros tutelares- A Comissão da X Conferência ficou assim  
140 constituída: Fernanda\_Pro-Viver, Adriana Santos, Daniel Lemos, Carlos, Lucas, Ana  
141 Lucia Rezende, Célia Machacho, Sandra Santos, Luana NG, Marilene Leonel, Maria  
142 Cristina, Viviane Simone, João Bosco, Donald, Lucy Freitas, Rejane e Antonio  
143 Peres. Dra. Adriana Jandelli recomenda sobre a deliberação de recursos para  
144 custear as despesas da conferência. Foi proposto e **aprovado R\$ 50.000,00**  
145 **(cinquenta mil reais)** do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente  
146 para as despesas de confecção de materiais, lanches, material de divulgação e  
147 todos os demais itens necessários conforme a Comissão Organizadora estabelecer.  
148 Ficou agendada a primeira reunião da Comissão para o dia 11/02 às 14h30 na  
149 SEPACOM. Ficou assim constituída a Comissão Especial de escolha dos  
150 Conselheiros Tutelares: Ana Lúcia Rezende, Nicola Margiotta, Helenice Fontes  
151 Alves, Valéria Gallotti, Viviane (Iar Veneranda), Edmir, Maria Cristina (Codesp),  
152 Daniel Lemos, Carlos, Lucas, representante da SEFIN Luiz Rodrigo Tigre Freitas. O  
153 presidente informa que ele juntamente com o Sr. Edmir estão verificando junto ao  
154 Cartório Eleitoral o empréstimo das urnas eletrônicas para o pleito. Edmir informa  
155 que é presidente da Comissão Especial Eleitoral do CONANDA – Conselho Nacional  
156 dos Direitos da Criança e Adolescente. Taís questiona como fica a questão das

157 férias na passagem do serviço para outro conselheiro. Helenice esclarece que as  
158 férias são um direito, no entanto, por se tratar de final de mandato cabe ao CMDCA  
159 estabelecer que as férias deverão ser usufruídas anteriormente ao período eleitoral  
160 para que não haja comprometimento na passagem dos casos e demais questões do  
161 conselho aos conselheiros futuramente eleitos. **Ítem 6-** Deliberação da Comissão de  
162 Monitoramento dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo, Decenal e o  
163 de Convivência Familiar e Comunitária-Edmir propõe uma Comissão Única para  
164 agilizar e facilitar o monitoramento desses planos e que devem compor a Comissão  
165 representantes da Saúde Mental e da Cohab (habitação) que nunca participam. Foi  
166 **aprovado** que a Comissão será formada pelos membros da Comissão de  
167 Convivência Familiar e Comunitária, mais representantes da Cohab, Saúde Mental e  
168 Educação (a qual deverá rever a sua indicação neste CMDCA) e a reunião ficou  
169 agendada para o dia 25/02 às 14h30 na SEPACOM. **Ítem 7** – Deliberação acerca da  
170 Constituição da Câmara da Criança e do Adolescente – Edmir esclarece que deverá  
171 criar a Comissão por Resolução do CMDCA com representantes do Projeto Pescar,  
172 do Camps, do Eca (Unisantos), de medidas socioeducativas( NAI-SEAS), grêmios e  
173 conselhos de escola. Ficou constituído um grupo de trabalho para elaborar um  
174 formato visando a criação desse Grupo ou Câmara da Criança e Adolescente como  
175 um braço do CMDCA com os seguintes participantes: Fernanda –Pro Viver, Sandra  
176 –Conselho Tutelar, Cristina Marinho – SEAS (Centros da Juventude), Viviane –  
177 Camps, Maria Fernanda, Luciana (Pescar), Marly Carvalho –Unisantos. A primeira  
178 reunião se dará no dia 06/03 às 14h30 na Estação da Cidadania. **Ítem 8-** Relatos da  
179 Diretoria Executiva – Helenice informa que a Executiva deliberou sobre a  
180 capacitação a ser dada aos novos conselheiros e que a mesma juntamente com a  
181 Sra. Marly Carvalho organizarão. Ficou deliberado que a capacitação ocorrerá no  
182 dia 02/03 às 14 na SEPACOM. Marly falou sobre o envio do material aos membros  
183 do conselho que participarão da capacitação e que é importante que todos leiam  
184 para que possamos tirar dúvidas no dia do curso. **Ítem 9** – Relatos das Câmaras  
185 Setoriais – A conselheira Luana informa que ficou como Coordenadora da Câmara  
186 de Relações Públicas e o Sr. Lucas como Relator. Fala da importância de continuar  
187 divulgando o Destinação Criança e que até abril as pessoas podem fazer. Solicita  
188 que se contate o DEARTI- Departamento de Articulação para montar estandes em  
189 outros locais. O presidente informa que pode preparar o ofício ao DEARTI. Adriana  
190 Jandelli fala sobre a carta recebida do DEARTI mencionando os projetos e Cristina  
191 fala que nos demais anos o ofício foi do CMDCA, pois não compete ao DEARTI mas  
192 ao CMDCA e gestor do FMDCA. Dra. Adriana entende que não dá pra fazer estande  
193 agora pois o boleto é só para 2015 ( IR de 2016) e agora só na declaração. Valéria  
194 informou que algumas entidades não participaram durante o período em que havia o  
195 estande na Prefeitura, mas 50% participou. Luana solicita que a Executiva reúna as  
196 demais câmaras sobre o uso da logomarca do Conselho pelas entidades nos seus  
197 respectivos projetos. Luci Freitas fala sobre matéria publicada no Diário oficial do dia  
198 04/02/2015 e que as informações devem ser inseridas no Portal dos Conselhos.  
199 Antonio Peres, da SEMES, fala que as entidades que recebem recursos do Fundo  
200 devem apresentar painéis dos projetos em locais para divulgar o Fundo e é uma  
201 forma de as pessoas observarem o que está acontecendo e sendo realizado com o  
202 recurso. O Presidente Carlos Mota fala que é interessante se fazer um banner para  
203 ficar no estande, demonstrando esses projetos. Paulo Paim, da Câmara Financeira  
204 informa sobre a arrecadação que aumentou em 2014 no Imposto de Renda pois é  
205 algo novo que foi inserido pela Receita Federal e que proporcionou essa destinação  
206 no momento em que é feita a declaração. Disse que houve o aporte de uma multa  
207 judicial e apresentou o saldo no mês de janeiro de R\$ 3.125.953,00. O valor das  
208 contribuições voluntárias por meio do IPTU totalizou R\$ 66416,00 em 2013 e

209 60488,00 em 2014. A Sra. Valéria, informa que a Câmara de Planejamento não  
210 elegeu Coordenador e que houve o agendamento de visita conjunta com o CMAS  
211 na Casa das Anas. Câmara de Legislação não se reuniu. **Ítem 10-** Relatos das  
212 Câmaras Setoriais – Sr. Edmir, representante na CEVISS informa que estão  
213 preparando projeto para a Semana sobre a Violência e Exploração Sexual Infante  
214 Juvenil e deverá trazer as informações detalhadas ao CMDCA. Marly Carvalho fala  
215 sobre o CM-PETI e que o Plano de Ação está em fase de monitoramento das ações.  
216 O SEVREST apresentou dados qualitativos e relata que a Comissão sente falta de  
217 uma ação firme do CMDCA para apoio. Edmir propõe que a Câmara de  
218 Planejamento dê andamento às ações do CM-PETI e da CEVISS, aprovado. Lucy  
219 Freitas fala sobre a publicidade na parceria com a SEAS no folder sobre o  
220 erradicação do trabalho Infantil. A Prefeitura elaborou sozinha o material sem ouvir  
221 a Comissão PETI e o CMDCA. Marly Carvalho ratifica que isto não foi mesmo  
222 trazido à Comissão e deve ser observado. **Ítem 11- Posse dos Conselheiros do**  
223 **CMDCA – vagas remanescentes –** Tomam posse na data de hoje os seguinte  
224 conselheiros municipais: ADRIANA SOARES NEVES - representante da PROECO;  
225 REGINA HELENA BURGOS PIMENTEL DOS SANTOS representante do CIEE;  
226 LUCILENE MARTORELLI ORTIZ PETIN MEDEIROS representante da APAE; ,  
227 MARIA CRISTINA DIAS OLIVEIRA, representante da CODESP; FABIANA  
228 ARGEMIRO, representante da Estrela Guia; MARLENE DA GRAÇA LIMA DOS  
229 SANTOS, representante da Sagrada Família; TATIANA DE ALMEIDA BRANCO,  
230 representante da Associação Vidas Recicladas. O presidente solicita que os  
231 conselheiros empossados enviem para a Casa a informação sobre qual Câmara irão  
232 compor. As conselheiras a seguir informaram as Câmaras que irão compor: Maria  
233 Cristina-Financeira e de Planejamento; Sra. Regina – Relações Públicas, Sra.  
234 Adriana- Financeira e de Planejamento; Tatiana- Planejamento. **Ítem 12 - Assuntos**  
235 **Gerais-** A Sra. Viviane, representante do CAMPS fala sobre os assaltos ocorridos na  
236 região da entidade onde contaram mais de 20( vinte) Boletins de Ocorrência e  
237 enviaram à Polícia Militar. A entidade tem muitos adolescentes e jovens e a  
238 violência aumentou. Pede a interlocução do CMDCA junto à Polícia Militar pois  
239 apesar de não se tratar de uma escola, a entidade atende muitos adolescentes.  
240 Luana, representante da SESEG informa que pode solicitar a ronda da Guarda  
241 Municipal para que o local passe a compor o roteiro. Houve troca recente do  
242 Comando da PM e deve haver uma conversa com entre o Secretário de Segurança  
243 e a Polícia Militar. O presidente do CMDCA vai contatar a SESEG e a PM. Lucy  
244 propõe uma articulação entre a Secretaria de Segurança Pública, polícia Civil para  
245 mapear esses lugares e que o “drone” da Secretaria de Saúde fiscalize a área. Fala  
246 ainda que o ECA está desatualizado e que o CONDECA ou CONANDA devem fazer  
247 a revisão para poder fornecer às entidades. O Sr. Edmir, representante do  
248 CONDECA e CONANDA dará esse encaminhamento. Daniel Lemos informa sobre  
249 a existência de vários exemplares do ECA, os quais encontram-se desatualizados e  
250 foi **proposto e aprovado** pelos membros presentes a destinação desse material  
251 inservível ao “lixo limpo” . Registre-se nesta ata a presença de 22 (vinte e duas)  
252 pessoas na condição de convidados. Nada mais havendo a tratar deu-se por  
253 encerrada a assembléia às 12h00 tendo o Sr. Presidente agradecido a presença de  
254 todos. Eu, Helenice Fontes Alves, 1ª.secretária lavrei a presente ata.

255

256

257

258

259

CARLOS ALBERTO FERREIRA MOTA  
Presidente

HELENICE FONTES ALVES  
1ª Secretária